

GADIEL PERRUCCI

Porque os Ricos não Fazem Greve

PELA PRIMEIRA VEZ, no Brasil, começam a se entender escritores e povo. Entramos incisivamente numa fase cultural em que a massa é estimulada a pensar. Do pensamento às definições, destas à ação. Estamos no início de um processo de democratização da cultura, de cujos benefícios esta geração, talvez, ainda venha a gozar.

Com os "Cadernos do Povo Brasileiro", procura-se o diálogo e o debate sobre os nossos mais importantes problemas sociais. *Por que os ricos não fazem greve* (Editôra Civilização Brasileira, S.A., Rio de Janeiro, 1962), quarto volume da coleção, é escrito pelo sociólogo Álvaro Vieira Pinto, um dos nomes mais representativos de uma sociologia brasileira desalienada e preocupada em descobrir e aclarar a essência e origem de nossa ainda adolescente sociedade.

Partindo de uma posição sociológica do real, do concreto, do homem enquanto existência, AVP verifica que a essência humana está intimamente ligada ao fato de que o homem é um ser social e que a sua característica fundamental, como espécie, está no estabelecimento de uma relação vital com a natureza no provimento das condições indispensáveis à sua vida. Relação vital, identificada no *trabalho*.

Enquanto o animal utiliza-se daquilo que encontra ao seu alcance, o homem atua sobre a natureza a fim de produzir o que não lhe está imediatamente dado. É, portanto, essa *atuação* para *produzir* que constitui a essência do trabalho. Mas, se o trabalho é que distingue o homem, a sua própria essência não se realiza isoladamente, mas em conjunto. O trabalho, cuja finalidade é a produção dos bens, assume um caráter social, criando vínculos peculiares, formando um sistema de relações sociais. Fora do conjunto social, o homem, para AVP, é uma mera abstração. O que de fato existe, é o homem concreto, real, material (em oposição a ideal), lançado no mundo da existência através de relações sociais ou produtivas: e a forma, por que o homem produz, determina seu pensamento e seus desejos, condicionando, por consequência, também a vida comunitária, a estrutura econômico-social, o sistema político e ético, etc.

E, como trabalho significa *criação* ou *auto-construção*, numa identificação de si com a natureza em estado de produtividade ativa e não passiva, é importante investigar as condições atuais de desempenho do trabalho e a situação do seu sujeito, o trabalhador, para se chegar a uma verdadeira definição do homem

contemporâneo ocidental, inquirindo-se, por conseguinte, das razões de sua fuga à sua própria essência, do seu existir sem essência, enfim, de sua completa alienação da vida e das suas possibilidades de realização como pessoa e como espécie.

Mas, é impossível se chegar a uma teoria justa do trabalho, e, portanto, da essência do homem, se não nos colocarmos na posição de quem trabalha, ou seja, do trabalhador. Para isto, é preciso considerar o homem enquanto concreção, “definindo a sua essência pelo conjunto de suas relações sociais, pela totalidade das influências objetivas a que está submetido, representadas por sua situação num contexto nacional, desenvolvido ou subdesenvolvido, numa classe, exploradora ou explorada, numa modalidade de trabalho, industrial ou agrícola, desempenhado com instrumentos modernos ou primitivos”.

Partindo desses pressupostos, chega-se a conclusão de que somente o sujeito do trabalho, o trabalhador, por si só, ou através de seus intérpretes intelectuais, está verdadeiramente qualificado a redefinir o homem e a sociedade, sua destinação, seus métodos de realização e de sobrevivência e a destruir o binômio “ricos” — “pobres” para uma verdadeira teoria da realidade humana.

Surgem, então, na sociedade capitalista, duas posições humanas: o “rico” e o “pobre”, ou ainda, o capitalista e o trabalhador. Da análise dessas duas categorias econômicas, ou antropológicas para Marx — parte AVP para seu assunto principal: a greve.

A posse dos meios de produção e a acumulação dos respectivos bens excedentes, criaram uma sociedade dividida

entre “ricos” e “pobres”. Além disso, o número de “ricos” decresce, cada vez mais, pela apropriação da riqueza, desde que o número de “pobres” aumenta proporcionalmente, no regime capitalista.

O “rico” não considera o “pobre” como seu antagonista, visto que a atual estrutura social lhe é dada como fato imutável originado da vontade divina. O seu antagonista é, pelo contrário, o outro “rico” na sua opinião, o único “rico” — passando para êste “outro” toda a responsabilidade dos problemas morais e sociais que a sua riqueza acarreta. Dialéticamente, no entanto, aspira a derrubada dêsse “outro” para usufruir, em “melhor” e mais egoística situação, as riquezas produzidas pelo trabalhador, cujo trabalho seu capital compra.

Mas, além de poucos, os “ricos” conseguem permanecer como tais, isto é, conseguem manter domínio sobre a maioria pobre. Para isto, êles não precisam enganar diretamente a massa trabalhadora. Alugam ou patrocinam dois sistemas de dominação: um material e outro ideológico. Evidencia-se, para AVP, que toda a máquina governamental, administrativa e policial, serve aos interesses da classe dominante. No entanto, o seu principal instrumento é constituído pela aliança com os criadores das influências ideológicas — sacerdotes, legisladores, magistrados, deputados, professôres, jornalistas, artistas e intelectuais em geral — que se encarregam de paralizar ou entorpecer a consciência das massas. Como conseqüência, gera-se a oposição paralela a “ricos” e “pobres”, ou seja “elite intelectual” e “massa ignorante”. Como massa inculta, os “pobres” são conven-

cidos de que não podem pensar por si próprios. Essa elite cultural alienada, para AVP, subsiste apenas em função da própria alienação do trabalhador, ainda em fase de trabalho primitivo, considerado como simples mercadoria, ou objeto do trabalho, e não seu sujeito.

Ainda mais, pela sua visão unilateral do universo, o "rico", para aumentar o seu capital, contraditariamente, opera a transformação qualitativa do operariado. Acontece que, qualificado, o operário tem mais oportunidade de pensar sobre si mesmo e de descobrir a verdadeira essência do processo material que pratica, e que disso depende a sua própria condição humana. Assim, pensando acumular mais riqueza, a classe dominante condena-se a si mesma, tornando-se vítima de sua própria pregação.

Outro aspecto a considerar é o sentimento de honra a que aspira o "rico", vez que somente é rico porque é capaz e honesto para isso. Honestidade que significa "crédito bancário", no seu idioma ético. E se é o mais honrado, conclui que deve deter em suas mãos o poder na comunidade. Em consequência, "pobreza" é sintoma de incapacidade e de mediocridade e, portanto, estado normal e aceitável. Por outro lado, os trabalhadores tomam cada vez mais consciência da realidade e sentem que são "pobres" porque não recebem o valor integral do seu trabalho, mas parte dêle, vez que a maior parte é confiscada pelo capitalista.

É justamente da opressão e repressão ao processo de consciencialização ou desalienação do trabalhador frente ao seu trabalho, que surge a necessidade de considerar-se o problema da greve, como uma das formas de resistência às injus-

tas espoliações do capital sobre o trabalho.

AVP parte da consideração de dois fatores quanto à greve, que ocupam, alternadamente, o papel principal e o secundário: a) a contradição entre o capital estrangeiro e o nacional; b) a contradição entre capital e trabalho.

Perante o trabalhador, a situação é a mesma. Apenas oscila entre vender sua força do trabalho estrangeiro ou a grupos nacionais. Perante o capital há o conflito natural entre o estrangeiro e o nacional, se bem que ambos tenham em comum a exploração do trabalhador. Aparentemente, portanto, o capital nacional passa ser "simpatizado" e defendido politicamente pelos trabalhadores. Como a aliança entre os grupos estrangeiros e os nacionais é instável e de má fé, os trabalhadores encontram nessa incoerência meios de desenvolver seus interesses aliando-se sempre ao capital nacional, instigando-o a expulsar o estranho, debilitando-o, por consequência, como classe exploradora.

Dessa forma, vê-se o capital nacional numa encruzilhada ou contradição, que será, para o autor, sua inevitável perdição, expressa em dois pontos principais: a) impossibilidade de defender o capital estrangeiro, pois já se sente apto a tomar o comando dos meios de produção do país; b) impossibilidade de se aliar aos trabalhadores, pois perderia a sua condição de classe. É, portanto, essa dupla personalidade das classes dominantes que determina a política de ação dos trabalhadores.

Num país subdesenvolvido, como o Brasil, em que o trabalho tem dois patrões, a greve também dependerá desse mesmo contexto. Para AVP, a greve,

definida superficialmente, é a recusa simples e voluntária a trabalhar. No entanto, se se examinar a essência do trabalho no sistema atual, verifica-se que o trabalhador trabalha *para outro* — o dono do capital — e não *para si*, pois que êle possui apenas a fôrça de trabalho e não os meios de produção. Como êle não recebe o valor integral do seu trabalho, é claro que *outro* se apodera ilegítimamente do que não possui, pois não é trabalhador, mas capitalista. Socialmente, portanto, o trabalhador aliena compulsoriamente o resultado do seu esforço, visto que os bens produzidos não são distribuídos equitativamente; trabalha, em suma, *para o outro* — o capitalista.

Assim, a greve é uma recusa a trabalhar *para outro*, e uma reivindicação do valor do trabalho não pago; não é um “não trabalhar” absoluto, mas relativo, visto que não querendo trabalhar *para outro*, procura trabalhar *para si*. Além disso, é no processo grevista que o trabalhador percebe que o capital não é indispensável, mas sim o trabalhador, considerado no capitalismo como simples mercadoria ou objeto do trabalho e não como seu sujeito e titular. Verifica, então, a possibilidade da apropriação social da totalidade dos bens produzidos e não parte dêles.

Uma conclusão necessária dêsse ponto de vista é a impossibilidade de greve num regime socialista, visto que, não haverá *contra quem* fazê-la; seria, além de um contra-senso, um suicídio, pois num regime solidarista, o trabalhador trabalha *para si* e não *para outro*.

Na greve, descortina-se, objetivamente quem é o sujeito do trabalho, pois só quem faz greve é quem trabalha; daí por

que os “ricos” não fazem greve” — porque não trabalham. Explica AVP êsse aparente paradoxo, afirmando que o “rico”, na verdade, sociolôgicamente não trabalha, mas empresa ou aluga o trabalhador por um preço que lhe parece justo. O “rico” apenas coordena de determinada forma, injusta, exploradora e desumana, o trabalho verdadeiro — o dos trabalhadores. A rigor, o objeto do seu “trabalho” é que é o trabalho. Limita-se, portanto, a fazer os outros trabalharem, não participando do mundo do trabalho, mas do capital. O antônimo do verbo trabalhar, conclui AVP, é o verbo capitalizar.

Por outro lado, para o capitalista, toda greve fracassa, porque o sistema rapidamente se recompõe, com a majoração dos preços dos produtos acima, quase sempre, das reivindicações dos trabalhadores. Mas isso é a forma simplista de se considerar a greve — na superfície e não na essência.

Para o trabalhador, no entanto, a greve não fracassa jamais, pois se constitui num verdadeiro treinamento vital, aclarando-lhe, cada vez mais, sua condição humana de sujeito do trabalho. É nesse “existir em greve” ou “existir como trabalhador” que, para AVP, desenvolve-se a verdadeira sociologia, como ciência do social, quer dizer, das relações do homem com o seu trabalho.

Mas, a greve pode ser ainda considerada como prelúdio revolucionário. Com efeito, não há diferença essencial entre greve e revolução social. A primeira é uma revolução de curta duração, com aspecto negativo, a segunda é uma greve definitiva, sob forma positiva de exercício do trabalho livre e desalienado. A greve é, assim, uma fase

do processo revolucionário que, evoluindo qualitativamente, matura-se em revolução social. Para AVP, o último degrau grevista estaria nas chamadas "greves múltiplas" com motivo obrigatoriamente político. O Brasil começa a ingressar na fase múltipla, em que greves, com nítido caráter político, sacodem o país constantemente. Fase, portanto, como já foi definida por Celso Furtado, pré-revolucionária.

Explica-se dessa forma o título do livro "Por que os ricos não fazem greve?".

Porque não trabalham, visto que "a ocupação do tempo" pelo "rico", às vezes exaustiva e fatigante, apenas serve para comprar a força de trabalho. Além disso é absurdo pensar-se que o capital é capaz de fazer greve, pois, é de sua essência não poder parar de se multiplicar. Para o capital, a greve é uma fraude e um crime, pois interrompe o seu ciclo reprodutor. O "trabalho" do rico significa vigilância do capital, e esta é ininterrupta.

